

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PSOL 25 DE MAIO DE 2019 – SÃO PAULO / SP

AMPLIAR A MOBILIZAÇÃO PARA DERROTAR BOLSONARO

1. As mobilizações capitaneadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Educação com a participação ativa do movimento estudantil no último 15 de maio contra os cortes na educação foram o mais novo ingrediente de uma crise política que se agrava nas últimas semanas. Mais de um milhão de pessoas em cerca de 220 cidades do país saíram às ruas para rechaçar os cortes promovidos pelo governo Bolsonaro. Esta mobilização melhorou o patamar de resistência diante da ofensiva do governo e do grande capital contra os direitos e foi emblemática para dimensionar a crise, pois expressou uma divisão nas elites dominantes (com especial destaque para os grandes grupos de mídia corporativa que apoiavam as manifestações), dividiu as classes médias e começou a deslocar setores para além da influência tradicional da esquerda na direção à oposição a Bolsonaro.

2. Esse aumento da instabilidade política nas últimas semanas já nos permite falar, com segurança, que o governo Bolsonaro vive uma crise política sem precedentes para um mandatário com menos de seis meses desde a sua posse. Os índices de aprovação do governo despencaram desde janeiro, atingindo a imagem do próprio presidente. Segundo pesquisa do Atlas Político a desaprovação do governo de Bolsonaro superou pela primeira vez a aprovação: 36,2% da população considera sua gestão ruim ou péssima, contra 28,6% que a consideram ótima ou boa. São os piores números da história para um presidente no mesmo período.

3. Com apoio popular em queda, as dificuldades do governo para conformar uma base de apoio no Congresso Nacional aumentam exponencialmente, como ficou demonstrado recentemente na convocação do Ministro da Educação para prestar explicações à Câmara dos Deputados (a convocação, ato de constrangimento ao Executivo, foi aprovado com 307 votos favoráveis contra apenas 82 votos contrários). A dificuldade de garantir apoio parlamentar, no entanto, não pode ser tomado como um fenômeno restrito ao mundo da política. O bloco formado pelos velhos partidos da direita e centro-direita, popularmente chamado de “centrão”, representa no Congresso Nacional os interesses econômicos e políticos das classes dominantes brasileiras.

4. O isolamento político de Bolsonaro, portanto, pode significar um crescente processo de isolamento também em relação aos setores do mercado que apoiaram sua eleição contra Fernando Haddad no segundo turno das eleições presidenciais. Com um governo com dificuldades em viabilizar as reformas ultraliberais que esses setores reclamam, cresce a pressão por uma espécie de “semi-parlamentarismo”, onde o presidente da Câmara, autêntico representante das elites econômicas, buscaria promover a aprovação de medidas como a reforma da previdência apesar dos constantes obstáculos criados pela fragilidade política do Palácio do Planalto.

5. Acontece que Bolsonaro tem uma agenda orientada pelos interesses do imperialismo e auxiliada pelo Departamento de Estado dos EUA. Essa orientação desconhece as instituições do Estado brasileiro, fazendo com que seu governo não se mostre disposto a terceirizar para Rodrigo Maia a condução de medidas que dependem do Congresso Nacional. As Medidas Provisórias editadas no início do governo reestruturaram boa parte do Executivo Federal e precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional, embora seu teor jamais tenha sido discutido com os partidos que hoje formam a maioria do legislativo. Diante disso o governo mostra mais uma vez sua debilidade política e corre o risco de ver parte das MPs simplesmente “caducarem”.

6. Cabe destacar os impactos da MP 870, que promove ataques sem precedentes a importantes políticas públicas e à proteção de direitos sociais, especialmente aos povos indígenas, com a transferência da FUNAI para o ministério da Família e Direitos Humanos e a entrega criminosa da competência para a demarcação de terras indígenas ao Ministério do Agronegócio, controlado pelos ruralistas. Essa medida foi revertida graças a enorme mobilização dos movimentos indígenas e ambientalistas, com apoio dos partidos de oposição. Outra manobra da MP foi extinção do Ministério do Trabalho e da Previdência, além de transferir o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Economia para o Ministério da Justiça, sob controle de Sérgio Moro. A transferência do COAF, órgão que revelou as movimentações financeiras de Flávio Bolsonaro e seu assessor, Fabrício Queiroz, é uma clara manobra para tolher a autonomia do órgão e “abafar” as investigações contra o filho de presidente. Assim, o retorno do COAF para o Ministério da Economia representa uma derrota no projeto de centralização de poder de Moro.

7. Para os partidos do sistema, para o mercado e para a equipe econômica do governo a batalha central, no entanto, segue sendo a reforma da previdência. A proposta ataca os direitos dos mais pobres, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos professores e professoras, com dramáticas repercussões sobre as mulheres e negros e negras, mantendo intocados os privilégios de militares e alta cúpula do Judiciário. Mais grave: introduz o sistema de capitalização, que cria um enorme mercado para exploração dos bancos e cria as condições para o fim da previdência pública. Essa agenda segue sendo central na luta contra o governo, por isso a campanha do PSOL e demais partidos de oposição e movimentos sociais, especialmente a Frente Povo Sem Medo, deve ser fortalecida. A desconfiança da maioria do povo brasileiro em relação à proposta de reforma abre espaço para combatermos as mentiras disseminadas pelo governo, imprensa monopolista e agentes do mercado. Seguimos defendendo só será possível começar a resolver os problemas econômicos do país com uma profunda reforma tributária que taxe as grandes fortunas e os lucros exorbitantes das grandes empresas e bancos, com a redução de juros e auditoria da dívida pública, com um programa de geração de empregos, ampliação do investimento público, cobrança das dívidas bilionárias das grandes empresas com a previdência social e o combate aos privilégios.

8. Merece destaque a crise ambiental produto do aprofundamento da lógica predatória defendida pelo governo Bolsonaro. A ameaça de ruptura iminente do talude da barragem de rejeitos de minério da Vale em Barão de Cocais, na região central de Minas Gerais, após o crime de Brumadinho (que vitimou centenas de pessoas com impactos ambientais inestimáveis) revela a face mais perversa do modelo primário-exportador aprofundado nos últimos anos pelos governos sob tutela das multinacionais. Uma bomba-relógio que pode explodir a qualquer momento levando a mais um crime ambiental sem precedentes. O Rio Doce, já destruído pela Vale em 2015 no rompimento da barragem em Mariana, estaria na rota da lama, podendo vir a destruir o modo de vida e o sustento de ribeirinhos, quilombolas e indígenas que vivem próximos às suas margens, além do colapso de diversas cidades. A mineração em todo país representa um verdadeiro saque aos bens naturais e os prejuízos recaem sobre o povo brasileiro. Devemos dar um basta nesse modelo predatório. Medidas como a reestatização da Vale com um plano de transição para superar o modelo de exploração mineral devem ser reivindicadas por todos os que defendem que a vida esteja acima do lucro.

9. A luta contra os cortes da Educação, por sua vez, onde há um processo de mobilização amplo e de massas em andamento, e contra a reforma da Previdência, serão decisivas para equilibrar a correlação de forças e estimular uma ruptura definitiva entre o governo e parte de sua base de sustentação social. Por isso iniciativas unitárias e amplas como a mobilização do dia 30 de maio e a convocação da Greve Geral para o próximo dia 14 de junho cumprem um papel central na tática da oposição. O corte de 30% nos recursos de custeio das universidades públicas por parte do Ministério da Educação provocou uma primeira e fundamental mudança da correlação de forças na sociedade, favorecendo a luta contra a reforma da Previdência.

10. As mobilizações convocadas pelos sindicatos da área educacional e entidades estudantis para o último dia 15 de maio originalmente contra a reforma da Previdência ganharam um componente novo com a ofensiva do governo contra as universidades e a Educação como um todo. A entrada em cena dos estudantes teve um enorme impacto na opinião pública e transformou os atos de rua nas maiores manifestações desde o #EleNão, em setembro passado. A cobertura em tempo real dos meios de comunicação de massas fez com que os atos transbordassem os setores sociais vinculados à esquerda, alcançando famílias e comunidades escolares, sem que aquela tenha perdido protagonismo. O 15M marca um importante avanço na busca por um reequilíbrio de forças na sociedade e aprofunda ainda mais a crise do governo. As mobilizações convocadas pelo bolsonarismo para o próximo dia 26 são uma tentativa desesperada de retomar terreno, já que sua própria base de sustentação política e social está dividida em relação a ida aos atos. Vale destacar a natureza extremamente reacionária e golpista dessas manifestações que representam uma inaceitável declaração de guerra às liberdades democráticas vindas dos apoiadores do presidente.

12. As mobilizações em defesa da educação se dão num momento delicado para Bolsonaro. Na mesma semana em que milhares tomaram as ruas contra os cortes anunciados pelo MEC, o Ministério Público anunciou a quebra de sigilo bancário e fiscal de quase uma centena de pessoas e empresas ligadas a Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, assessores e até pessoas ligadas à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As primeiras informações revelam um esquema de lavagem de dinheiro que alcançou, ao longo de uma década, quase R\$ 10 milhões de reais em transações envolvendo imóveis

do hoje senador Flávio Bolsonaro. Para o MP há fortes indícios de que as operações encubram ilegalidades. As suspeitas do MP, por ora, recaem principalmente sobre esquemas envolvendo funcionários fantasmas, mas pode revelar, em pouco tempo, as relações nada republicanas entre a família e o mundo do crime, especialmente as milícias que atuam no Rio de Janeiro e que estão envolvidas no assassinato de nossa companheira Marielle Franco.

13. Não bastasse a falta de articulação do governo no Congresso Nacional, o aumento da mobilização popular em defesa da educação e as suspeitas envolvendo a família Bolsonaro – trazendo de volta o fantasma da corrupção, que tanto aflige a classe média – outro fator deve adicionar ainda mais dificuldades ao governo: a economia. Como resultado da política recessiva implementada no final do governo Dilma e aprofundada radicalmente por Temer, os indicadores econômicos mostram uma continuidade da estagnação com sinais de recessão. De acordo com estudo divulgado pela imprensa no último dia 19 de maio, a renda por habitante em 2019 deve ficar estável pelo terceiro ano consecutivo e 8% abaixo do pico, o que caracteriza uma nítida depressão econômica.

14. Segundo o mesmo estudo, a recuperação da renda no Brasil nunca foi tão lenta, superando a morosidade pós-crise de 1989. O Banco Central indicou uma queda na prévia do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 0,68%. São três trimestres consecutivos de queda, o que coloca o país, segundo critérios usados pelo DIEESE, na condição de recessão. A expectativa é de que o crescimento fique na casa do 1% e aprofunde ainda mais a crise social, com aumento do desemprego e da informalidade. Consequentemente, aumenta a violência.

15. É aí que Bolsonaro tem anunciado suas medidas mais impactantes. Governando para a minoria de fanáticos que formam o “núcleo duro” do bolsonarismo, o governo tem anunciado medidas que permitem o acesso quase irrestrito às armas de fogo, contrariando todas as recomendações de órgãos internacionais e entidades ligadas aos direitos humanos. A política de liberação de armas, ao contrário de garantir maior segurança, aumenta os crimes violentos, especialmente contra mulheres e população negra. Segundo a principal fabricante de armas no Brasil, o decreto original de Bolsonaro permitirá até mesmo a aquisição fuzis por cidadãos comuns, de acordo com as especificações técnicas nele contidas. Uma das possíveis consequências é o ganho de poder, inclusive militar, de

grupos de extrema-direita que apoiam o bolsonarismo e que hoje já ameaçam a militância de esquerda e os defensores de Direitos Humanos, coagindo e obrigando diversos lutadores a entrarem em programas de proteção (que estão sendo ameaçados por cortes) ou mesmo tendo que sair do país, como foi o caso dos nossos companheiros Jean Willys e Camila Mantovani. Para evitar que este decreto fosse derrubado tanto no Congresso como na Justiça, o governo está aceitando modificá-lo, o que não ameniza nosso rechaço a que qualquer flexibilização no porte de armas seja aceito nesta conjuntura.

16. Utilizando-se do prestígio do ministro da Justiça, Sérgio Moro, Bolsonaro combina essas medidas com um pacote de mudanças legais – o “pacote antipobre e antinegro” – que visam ampliar o Estado Penal e restringir ainda mais as garantias constitucionais. Afinal, os ataques aos direitos sempre vêm acompanhados de repressão ao direito de manifestação e criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. O movimento negro e a bancada do PSOL têm apresentado fortes críticas ao projeto do ex-juiz, apontando absurdos como a ampliação do mecanismo conhecido como “excludente de ilicitude”, que permite a anulação de crimes quando motivados por “forte emoção” ou em defesa da propriedade, e a adoção de instrumentos de acordos penais aos moldes da legislação estadunidense que pode aprofundar o encarceramento em massa. Combateremos o populismo penal, entendendo que as alternativas para garantir segurança não virão de um “elitismo penal” com propostas pensadas apenas por especialistas e sem diálogo com a sociedade. É nosso dever apontar para uma política de segurança pública e uma política criminal popular e em defesa da vida da maioria do povo brasileiro.

17. Nesse contexto de crise política, suspeitas envolvendo o presidente e sua família, crise econômica e aumento da mobilização social, cabe destacar o papel dos agentes militares. Guindados à posição de destaque na chapa presidencial, com o General Hamilton Mourão, e assumindo postos-chave no governo, os militares foram alvos de pesados ataques por parte do bolsonarismo. No entanto, até o momento, têm dado retaguarda ao governo e, especialmente, à agenda econômica e jurídico-repressiva. Ou seja: atualmente os generais não cumprem nenhum papel progressivo em relação ao governo Bolsonaro. Para nós, Mourão é tão reacionário quanto Bolsonaro. Mas há razões de sobra para acreditar que existam elementos militares considerando a possibilidade de uma saída para a crise que não inclua a família Bolsonaro. O desconforto entre militares e o núcleo do governo parece crescer a cada dia.

18. Diante desse quadro o papel da oposição em geral, e do PSOL, em particular, deve ser o de estimular a organização popular contra a retirada de direitos. Primeiro, derrotando no parlamento os retrocessos impostos pela MP 870, conforme definido pela nossa bancada. Segundo, obrigando o governo a rever os cortes na educação. E terceiro, construindo uma ampla maioria social em defesa da aposentadoria e contra a reforma da previdência de Paulo Guedes e Bolsonaro. Para isso, seguiremos trabalhando – na ação das frentes sociais, no parlamento, no movimento sindical e estudantil, na articulação do fórum de presidentes de partidos de oposição – em defesa da unidade. Essa unidade, obviamente, não anula importantes diferenças que temos com os demais partidos e forças sociais de oposição. Mas consideramos que nesse momento devemos trabalhar para unir forças com todos e todas que defendem os direitos e a democracia.

19. Voltaremos também a levantar a denúncia e luta pela revogação da Emenda Constitucional 95, que está na raiz de todos os cortes e do reordenamento neoliberal do Estado. Cortes que agora atingem também a Saúde, cortes que afetam sobremaneira áreas sensíveis e estratégicas como a fiscalização ambiental, como ilustra decreto o governo cortou 187 milhões do ministério do Meio Ambiente. Este corte significou verdadeiro desmonte dos programas voltados ao combate às mudanças do clima (o próprio governo recomendou a não realização da Conferência das Partes Sobre o Clima – COP 25 – no Brasil), proteção à biodiversidade, licenciamento e fiscalização ambiental. Acompanhado disso, vemos a criminosa liberação de quase 170 agrotóxicos pelo Ministério da Agricultura, diversos deles banidos em todo o mundo. Acompanhado dos cortes de 100% no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária e de 40% dos recursos voltados à regularização e demarcação de terras indígenas e proteção de povos isolados, essa situação agrava as desigualdades no campo.

20. Vale destacar a atuação de nossa bancada na Câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas estaduais. De forma unitária, temos combatido os ataques do governo federal e dos governos estaduais que aplicam medidas regressivas e seguimos trabalhando pela ampla unidade com outros partidos, defendendo os direitos do povo brasileiro. Nossa atuação combativa e intransigente em defesa das maiorias tem demonstrado que não há espaço para alimentar esperanças com os partidos da direita e centro-direita que atuam para arrancar concessões do governo e alimentar sua dinâmica fisiológica.

21. Além da bancada parlamentar, cabe registrar o importante papel cumprido pelo companheiro Guilherme Boulos em seu giro nacional pelas universidades brasileiras. Foram milhares de estudantes em todo o Brasil convocados a lutar contra a reforma da previdência, numa demonstração expressa de que ainda existem lideranças políticas comprometidas com o trabalho de base e a mobilização social. Destacamos ainda o papel da companheira Sônia Guajajara na construção do Acampamento Terra Livre e na mobilização dos povos indígenas contra os ataques do governo Bolsonaro. Ao lado de dirigentes sindicais das universidades, docentes e técnicos, assim como dos educadores estaduais, nossos dirigentes partidários e toda a militância do PSOL, tem lutado para construir uma esquerda combativa, independente e responsável com os desafios colocados.

22. A prioridade do PSOL, nesse momento, é estimular e apoiar as manifestações convocadas pela juventude e o movimento estudantil para o próximo dia 30 de maio, como parte da preparação para a greve geral convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho. Qualquer que seja o desfecho da crise política envolvendo o governo, não aceitaremos qualquer saída que não passe pela soberania popular, o aprofundamento democrático e pela vontade das ruas. Não aceitaremos saídas golpistas ou palacianas, de costas para o povo, que sejam arquitetadas nos bastidores do poder político e econômico. Ao povo brasileiro não interessa nem uma repactuação entre elites e governo para viabilizar a retirada de direitos, nem uma ruptura que abrevie o governo Bolsonaro para transferir o poder às velhas forças políticas de sempre e o aprofundamento do Estado autoritário.

23. A saída para a crise econômica, social e política tem que ser democrática, ou não será saída. O PSOL aposta na mobilização e na resistência das ruas e confia no povo brasileiro. Os trabalhadores e trabalhadoras, a juventude, as mulheres, negros e negras, povos indígenas, LGBTQs, enfim, as maiorias sociais, querem paz, emprego, liberdade e direitos. E isso só pode ser garantido através de um projeto popular, democrático e socialista.